

Taxas de juros devem cair à metade no ano que vem

Economista da Unicamp prevê que desemprego deve chegar a 12% a 13% em 99. Hoje é de 7,6%

Luiz Carlos Santos

Marcelo Rehder, Vanice Cioccare e Sheila D'Amorim

• BRASÍLIA e SÃO PAULO. Entre as medidas anunciadas ontem, pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, uma surpresa: a projeção do comportamento dos juros para os próximos três anos mostra que a taxa deverá retornar aos patamares anteriores à crise — em torno dos 19% ao ano — em meados do ano que vem. De acordo com as projeções da equipe econômica, apresentadas por Malan, as taxas deverão cair da faixa atual de 42% ao ano para a média de 21,89% ao longo de 99; 16,88% no ano 2000; e 13,37% em 2001.

Malan disse que essas taxas constituem apenas uma previsão da equipe econômica, mas não uma meta que será perseguida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Formado pelos diretores e chefes de Departamento do Banco Central, o Copom é o órgão responsável pelo estabelecimento das taxas básicas de juros do mercado.

Chico Lopes diz que Copom não está obrigado a baixar juros

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) para confirmar as previsões da equipe econômica teria as duas próximas reuniões marcadas para este ano para reduzir em mais de dez pontos percentuais os juros atuais. Porém, o diretor de Política Monetária do BC, Francisco Lopes, afirmou que a curva de juros foi elaborada pelos técnicos do Governo para fazer uma projeção do comportamento do déficit, mas isso não significa que o Copom está obrigado a seguir essa trajetória.

— A definição da taxa de juros é uma prerrogativa do Copom que avalia vários fatores conjunturais antes de definir os valores. Não se sabe antecipadamente qual é a taxa — disse, por meio da assessoria de imprensa.

No início da tarde, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, explicou que a evolução dos juros divulgada ajuste foi feita considerando a aprovação das medidas pelo Congresso e um cenário externo favorável, o que geraria condições para o Governo reduzir significativamente as taxas de juros.

— Achamos que há a possibilidade de uma trajetória de juros como essa. Entretanto, o Copom tem independência para avaliar as condições e definir as taxas — garantiu Parente.

IBGE estima que ajuste vai desempregar 2 milhões

O ajuste nas contas públicas anunciado pelo Governo vai causar aumento da taxa de desemprego medida pelo IBGE, do nível atual de 7,65% da População Economicamente Ativa (PEA) para 12% a 13% no próximo ano. Ou seja, um aumento de 70% na taxa. A estimativa é do economista Márcio Pochmann, diretor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), da Universidade de Campinas (Unicamp). Ele prevê que dois milhões de pessoas engrossem a lista de desempregados em 99.

Segundo Pochmann, a renda *per capita* brasileira deverá ter queda de dois pontos percentuais no primeiro semestre de 99, e de um ponto percentual na segunda metade do ano. Na sua avaliação, criou-se uma expectativa



VICENTINHO, PRESIDENTE da CUT: O Governo escolheu funcionalismo público como o inimigo número um

em torno do ajuste que acabou não se confirmado.

— O que se esperava era um programa capaz organizar a economia para um período de crescimento sustentado. Mas o pacote acabou focando a redução do déficit pelo corte de despesas e aumento de impostos, em vez de buscar redução dos encargos financeiros, que é o principal alimentador do rombo das contas públicas — diz o economista.

Roberto Faldini, diretor do Departamento de Economia e Estatística da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), também prevê o agravamento do desemprego nos próximos três anos. Ele explica que a economia brasileira teria de cres-

cer entre 6% e 7% ao ano para absorver a mão-de-obra que ingressa anualmente no mercado de trabalho e recuperar as vagas que foram fechadas. Mas o Governo prevê queda de 1% no PIB no ano que vem e crescimento de 3% e 4% para os anos 2000 e 2001.

A taxa de desemprego medida pelo Dieese na Grande São Paulo deve passar de 20%. Em setembro, ficou em 18,5%. Hoje, uma em cada cinco pessoas economicamente ativas está desempregada na área. Com o aumento da taxa, a relação será: um desempregado para quatro empregados.

A CUT prepara uma série de mobilizações para protestar contra as medidas econômicas. No dia 13, estão previstas manifesta-

ções em diversas capitais no chamado Dia Nacional de Luta contra o Desemprego. A entidade não descarta a possibilidade de organizar greve geral no país com outras centrais sindicais. Ontem, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, disse que as medidas são recessivas e humilhantes para o país:

— O pacote só vai aprofundar a crise econômica, aumentando o desemprego e a miséria.

A cobrança de contribuição dos servidores públicos inativos e o aumento da alíquota dos ativos foi chamada de política nefasta" pelo presidente da CUT. Segundo Vicentinho, o Governo escolheu o funcionalismo público como "inimigo número um". ■